

MANGAZEIROS OU QUILOMBOLAS: A TRAJETÓRIA DOS NEGROS DO MANGAL/BARRO VERMELHO (SÍTIO DO MATO-BAHIA)

Nivaldo Osvaldo Dutra
Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
E-mail: nartud@yahoo.com.br

Palavras-chave: Mangazeiros. Quilombolas. Memória. História oral.

O presente trabalho faz parte de observações parciais que venho fazendo junto a comunidades negras rurais do Médio São Francisco a pesquisa que desenvolvo na região desde 1996 quando minha preocupação inicial era com as relações sociais ora apresentadas por varias comunidades negras que a partir da experiência de organização, luta e reivindicação do território do Rio das Rás, passam a lutar pelo reconhecimento, demarcação e titulação de seus territórios como áreas pertencentes a antigos quilombos.

Nesse sentido os Moradores do Mangal/ Barro Vermelho que na segunda metade dos anos 90 vinham passando por processo de expulsão da sua terra, passam também a lutar judicialmente acionando varias organizações e instituições para a legalização de seus territórios como pertencentes a antigos quilombos.

O presente trabalho de pesquisa “Mangazeiros ou quilombolas: a Trajetória dos Negros do Mangal/Barro Vermelho”, objetiva discutir a partir da vivencia dos moradores e das novas relações que se forjaram entre eles e os novos agentes sociais presente durante o período mais critico do conflito pela permanência no território, busco compreender como esses sujeitos que se autodenominavam mangazeiros se apropriaram de termos como: quilombolas, remanescentes de quilombos, território quilombola, para quem não acompanha diretamente essa problemática e não tem a compreensão do significado que está embutido por traz desses termos pode questionar porque alguém se dedica a esse tipo de pesquisa.

Aprofundar essa discussão tão contemporânea, no nosso entendimento, poderia aqui criar uma serie de questões em torno desses significados, partido da análise etnográfica do próprio termo quilombo, como ele historicamente foi construído e reconstruído na história. E como se firma politicamente no Brasil atual para os

movimentos sociais, as organizações dos trabalhadores e a sociedade de uma forma ampla.

Para ampliar essa discussão partimos do pressuposto que o negro também soube apresentar formas de resistência na luta cotidiana contra o sistema escravista. É necessário apresentar o negro como “agente criativo, desafiador de um diabolicamente adverso, porém vulnerável” (SLENES, 1999, p. 128).

A submissão aparente, a fuga para o quilombo, ou a suposta docilidade funcionava como forma de sobrevivência cotidiana nas novas terras luso-brasileiras. Sendo assim, o número de quilombos que se espalhou por toda a América colonizada foram significativos, Quilombo como toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenha ranchos levantados nem, se achem pilões neles, resposta do Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino. (CARVALHO, 1995, p. 182).

Sobre essa questão podemos observar também o pensamento de Ronaldo Vainfas: Quilombos ou mocambos, este último termo derivado de mukambu, foram palavras que os portugueses usaram para designar as povoações africanas construídas nas matas brasileiras pelos africanos em diáspora (VAINFAS, 1996, p. 62).

A palavra "*quilombo*" tem origem nos termos "*kilombo*" (Quimbundo) ou "*ochilombo*" (Umbundo), presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental. Originalmente, designava apenas um lugar de pouso utilizado por populações nômades ou em deslocamento; posteriormente passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores.

Foi no Brasil que o termo "*quilombo*" ganhou o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos.

Acredito na possibilidade de trabalhar essa problemática a partir do diálogo com a realidade empírica, onde busco apresentar a diversidade cultural, as experiências e os modos de vida dos moradores do Mangal/Barro Vermelho. Reconstruir essa história levando em conta a cultura, que segundo Raymond Williams (1979, p. 25), a cultura deve ser vista “como um processo social constituído, que cria ‘modos de vida’ específica e diferente.” Observar, nesse sentido, entre as comunidades negras que a busca da construção de identidades com base em significações atribuídas ao passado tem se tornado mais intensa nos últimos anos.

Com essa pesquisa procuramos ampliar o olhar sobre a produção historiográfica, trazendo elementos sobre a presença e a participação dos negros nas relações que se forjaram na região.

O foco da pesquisa é a memória dos sujeitos mais velhos da comunidade.

Nas lembranças das pessoas idosas “[...] é possível verificar uma história social bem desenvolvida: Elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; [...] sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade” (BOSI, 1994, p. 60).

É bastante interessante a relação entre história e memória, pois “[...] as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais” (PORTELLI, 1997, p. 16 apud DUTRA, 2007, p. 22). Relacionar a memória de pessoas idosas a fatos históricos é, com certeza, instigante, pois os acontecimentos e vivências são vistos de maneira muito peculiar por cada uma delas.

Como podemos observar na fala de seu Isauro Santos (2004), morador do Mangal:

Nasci na Beira do Rio, nasci e cresci acolá numa casa que tinha ai antiga e depois que eu nasci e criei aqui, a casa nossa era lai, dali quando eu me casei fiz uma casa ai, primeira casa minha foi ai pro ladolá desse poste dessa barranca (,) o povo de primeiro tinha aqueles movimentos que menino não sabia de nada. Não era isso? Quando cheguei você estava conversando lá com pessoa, que era só um menino parava aqui e mandava ele imbora, pra brincar para não ter aquele entendimento que os veios tinha (SANTOS, 2004, Entrevista).

Segundo Yara Khoury (2004, p. 125) ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir do seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social. Trilhando esse caminho Alessandro Portelli (1996a) nos alerta para mais do que fatos vistos, processos de visão, de interpretação e de mudança.

Ao lidarmos com processo de visão sabemos que os mesmos passam por uma ampliação da noção de direitos, direitos de grupos e comunidades viverem conforme o seu próprio estilo de vida, perseguir seus objetivos e terem o direito a um tratamento justo pelo estado nação em que lhes cabe viver.

Segundo o Laudo Antropológico realizado em 1998, pelos antropólogos Marcos Luciano Lopes Messeder e Marco Troboni de S. Nascimento: A população do Mangal ocupa uma pequena faixa de terras na margem esquerda do Rio São Francisco, se utiliza do transporte de barco pelo rio onde circula, principalmente, entre os trechos dos municípios de Paratinga na margem direita, com aproximadamente três horas de viagem, e viajam também para o distrito de Gameleira, pertencente à cidade de Sitio do Mato, no final dos anos 80 a comunidade passou a pertencer a este município.

O modo de vida ribeirinha da população do Mangal apresenta um convívio direto com o Rio São Francisco, além de via de transporte o rio ainda fornece alimentos através da pesca pratica comum entre os moradores, assim como a utilização das áreas de lameiros, para a produção temporária de hortaliças, legumes, cereais (milho, feijão) e outros produzidos pelos mangazeiros.

O trabalho com comunidades negras oferece várias possibilidades de estudo. Dessa forma, analisar como se dá o processo de construção da identidade negra nesta comunidade, suas experiências, sua cultura enquanto modo de vida e as relações que se forjam no cotidiano. Então, como identificar e compreender as dificuldades de construção da identidade negra na comunidade de Mangal/ Barro Vermelho? Partindo desse pressuposto, pelo viés da história oral pretendo refletir sobre a construção da identidade negra na comunidade, como enfrentaram os conflitos relacionados à posse do território? Como constroem e reconstroem as relações entre os sujeitos entidades e instituições dentro do processo histórico? Como constroem e reconstroem suas experiências a partir da memória? Como mantém elementos culturais como modo de vida e formas de resistência?

As leituras feitas até o presente momento foram bastante significativas. Possibilitou a compreensão a cerca do negro no período da escravidão quebrando o estigma do negro como ser submisso, aculturado e “calado” pelo branco.

A historiografia brasileira apesar da carência de fontes, ultimamente vem cedendo espaço para uma abordagem que vê a escravidão a partir da perspectiva do escravo e de seus descendentes.

No entendimento dessas peculiaridades, consideramos de grande relevância o

trabalho sobre o Rio das Rãs de Valdério Santos Silva, *Do Mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs. Liberdade e Escravidão na Construção da Identidade Negra* (1998). O autor estuda como se constrói uma identidade negra em Rio das Rãs, partindo do pressuposto que, no início da década de noventa, os movimentos sociais negros rurais alcançaram um repercussão considerável nos meios de comunicação, reivindicando o direito de titulação de suas terras. O tema da identidade negra é vinculado politicamente ao reconhecimento formal das “comunidades remanescentes de quilombos”. Para o autor (SILVA, 1998), a opção em estudar Rio das Rãs estava sintonizada com um momento crítico do conflito, em que sobressaiam, especialmente, indefinições conceituais, políticas e institucionais para o reconhecimento dos direitos previstos dessa comunidade.

Dialogando neste mesmo contexto, outra discussão significativa que fiz, quando da elaboração da dissertação para mestrado *Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: Comunidades Negras do Rio das Rãs e da Brasileira – Ba (1982 – 2004)* (DUTRA, 2007), onde assinalamos que:

Os núcleos iniciais de povoamento que se formaram em toda a extensão do vale do Rio São Francisco, desde a fase da colonização foram constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio que foi um fator importante no estabelecimento de ativo mercado de gado (...). Ali se constituiu um modo de vida particular que associava os criatórios de gado à presença de negros, índios e mestiços, bem como às áreas de plantio que se integrava à economia mineradora (DUTRA, 2007, p. 30-31).

Sobre a presença do gado na região do Mangal podemos observar na fala de seu Isauro Santos (2004) quando diz:

Meus avôs conheceram o capitão João, ele veio de fora, ele habitava na cidade da Barra e lá como ele era rico, então ele veio praqui, arumou uns negros e tomou conta deste terrenão aqui de lá do Tabuleiro a Mangal/Barro Vermelho, aqui eles tinham os negros deles pra trabaiá, fazer de tudo, trabaiá, o capitão criava gado muito ele era fazendeiro (SANTOS, 2004, Entrevista).

A História oral é um recurso metodológico que ao longo da pesquisa se tornou primordial para a compreensão de como se deu a ocupação da região do São Francisco pertinente nos relatos dos moradores que guardam nas memórias vestígios significativos da presença negra.

No que tange a história social a grande questão que se coloca é, se ela pode ser realmente considerada uma especialidade com seus objetos próprios, ou se o “social” acaba coincidindo com a sociedade, o que conseqüentemente faria com que este enfoque se se transforma numa categoria transcendente englobando todas as outras especialidades da História.

O perfil amalgador da História Social, bem como seu alargamento das fontes e das temáticas é que corrobora para reconstituir a memória das comunidades negras. Michel Pollak (1992):

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20 – 30, já haviam sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno construído coletivamente, mudanças constantes (POLLAK, 1992, p. 201).

Assim deve-se entender a memória, sobretudo como um fenômeno coletivo e social, além disso, deve-se alertar para outra característica da memória, segundo Michael Pollak (1992, p. 203), “já temos uma primeira caracterização, aproximada, do fenômeno da memória. A memória é seletiva, nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Nessa perspectiva cabe ao historiador lidar com o fato da memória considerando todas as implicações da mesma, como algo herdado, construído e o elemento que constitui a identidade de um grupo, dentre outros.

A memória tem grande relevância para as comunidades negras rurais descendentes de escravos, a preservação de seus valores, práticas religiosas, técnicas e outras expressões culturais que foram herdadas dos antepassados através da tradição oral.

Ana Maria Lugão Rios e Hebe Maria Mattos trazem uma grande contribuição para a historiografia, com seu livro *Memória do cativo* publicado em 2005, onde analisam como a produção historiográfica deu pouca atenção aos escravos e a seus descendentes depois que a escravidão acabou e tratou-os como simples parte da população em geral, com pouco reconhecimento pelo fardo que a escravidão criou.

Portanto, o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra de Mangal Barro Vermelho não interessa a todos que se debruçam sobre essa temática, nesse sentido, a memória torna-se:

(...) um elemento constituinte no sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua recomposição de si. (POLLAK, 1992, p. 204).

Na concepção de Pollak (1992), a memória não nos responde quando nós a procuramos, sendo que às vezes ela adormece e nem sempre é possível ter acesso facilmente de algumas lembranças que a gente gostaria. O autor (POLLAK, 1992) afirma ainda que um dos fatores predominantes da memória seja de intervir na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural.

Para este entendimento, existem dois elementos constitutivos para a afirmação do conceito de memória. O primeiro diz respeito aos acontecimentos vividos pessoalmente. O segundo se refere aos acontecimentos dos quais as pessoas não participaram, mas carregam as memórias deixadas por outros.

Assim sendo, a memória domina essa prática como sendo “vivas por tabela”, por acreditar que algumas pessoas para afirmar sua identidade em determinado grupo participam das memórias deixadas por outros, como se tivesse vivido o mesmo acontecimento.

Nesse sentido, Alistair Thompson (1996, p. 67), diz que “O processo de relembrar poderia ser um meio de explorar significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual”.

Há outra dimensão em que os campos da história e da memória se entrelaçam numa dimensão onde à história oral tem tido especial importância, não apenas por seus produtos, mas por seus processos, que consiste num envolvimento maior na recuperação e na re-apropriação do passado que a história oral possibilita. Aqui, a relação lança sombras na direção oposta. Não se trata apenas de entender as dimensões da memória coletiva no contexto da história, mas, sobretudo, de entender como a história formal e auto-ciente, vem se transformando numa dimensão cada vez mais importante, de como lembramos o passado e entendemos sua relação com a vida e a cultura contemporânea.

Optamos pela oralidade por acreditarmos que esta permite o reavivamento da memória dos sujeitos, bem como a reconstituição de histórias vividas por eles. A história oral é uma forma inovadora de “produzir” um conhecimento histórico-científico da vida dos sujeitos sociais. Para Etienne François (1996),

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história [...], à história do cotidiano e da vida privada [...], à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma história “vista de baixo” [...], atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais (FRANÇOIS, 1996, p. 4).

Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (1996), organizadoras da coletânea *Usos e abusos da história oral* apresentam uma seleção de textos de significativa importância sobre a história oral, que tem provocado muitas discordâncias e rejeições. Esta obra fornece dados que possibilita a reflexão teórica e metodológica sobre aspectos relativos à história oral.

É sabido que muitos historiadores e outros estudiosos por um motivo ou por outro são absolutamente contra o trabalho com oralidade. É evidente que devemos ter cuidados, devemos ser tão críticos em relação à oralidade quanto com o trabalho com outras fontes como os documentos oficiais, por exemplo. Lozano (1996) em seu texto vem nos mostrar que o trabalho com oralidade é possível sim, uma vez que:

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais) (LOZANO, 1996, p. 17).

Outro texto bastante significativo é *O massacre de Civitella Val de Chiana* de Alessandro Portelli (1996). Neste texto ele traz uma experiência muito interessante de trabalho com história oral, chamando nossa atenção para os cuidados que devemos ter com esta, não podemos nos esquecer que nosso trabalho é crítico por excelência, que devemos interpretar criticamente todos os documentos e narrativas.

Pierre Nora (apud LE GOFF, 2003, p. 467) define memória coletiva como: “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. Alessandro Portelli e outros estudiosos da memória questionam, entretanto, o termo “memória coletiva” de Maurice Halbwachs, fazendo lembrar que “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas e não grupos sem lembram” (PORTELLI, 1996, p. 127). É possível compreender então, que mesmo as

memórias dos grupos sociais são efetivadas a partir de lembranças individuais. Cria-se, a partir de indivíduos, uma memória social, cujo fim é representar toda sociedade. Em Caetité, na ausência dos acontecimentos passados, os memorialistas escolheram estender de maneira generalizada, suas lembranças vinculadas às elites, a toda cidade, legitimando uma memória, onde a história da maioria dos sujeitos não encontra aconchego. Nas palavras de Portelli (1996, p. 127) “a pressão para não esquecer e para extrair memórias de *um único grupo* materializa o “controle social” [...] como a pressão da memória coletiva sobre a individual”.

Esses sujeitos mantêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Eles não são obrigados a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimilados por elas e sem perder completamente suas identidades.

O abuso da memória, muitas vezes ligado ao grande contingente de “produções de memória” sobre determinado tema, pode também ser entendido como os deslizes voluntários, certo exagero ao se reportar ao passado, a escolha do que dizer e sobre quem dizer o quê, a negação de algum fato e até mesmo os esquecimentos. Esses abusos salientam o quanto a memória é vulnerável, mas também são conseqüências da relação “entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação”.

Ao trazerem para o presente o termo remanescente de quilombo, comunidade quilombola, negros do Mangal, os mangazeiros estão recuperando uma identidade presente na memória que se forja na tradição, ao mesmo tempo em que agrega elementos modernos da afirmação do povo negro historicamente guardião dessa memória.

Referências

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CARVALHO, José Jorge; DORIA Siglia Zambrotti (Org.). *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. *Liberdade é reconhecer que estamos no é nosso (comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – Ba) (1982 – 2004)*. 2007.

Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 3-13.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do ‘popular’. In: _____. *Da diáspora identidade e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La G. Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 257-258.

KHOURY, Yara Maria Aun. *Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15-25.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: Trajetórias de escravos e libertos no alto sertão da Bahia. Rio de Contas e Caetitê (1860-1920)*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-40, fev. 1981.

_____. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 jun. 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

_____. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, dez. 1996a.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-40, fev. 1997.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memória do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROVIELLO, Anne-Marie. Experiência Humana e Senso Comum. In: _____. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1997.

SANTOS, Isauro. Salvador, ago. 2005. Fita K7. Entrevista concedida a Nivaldo Osvaldo Dutra.

SILVA, Valdélino Santos. “Do mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs”. *Liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo*. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 65-93.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.